

Conselho Penitenciário não levará ao CDDPH violação contra preso

Brasília — O Conselho Nacional de Política Penitenciária (CNPP) rejeitou ontem a proposta do conselheiro Jason Albergaria, de encaminhar ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) as violações dos direitos dos presos, constatadas nas inspeções do País.

O CNPP rejeitou também a abertura da administração penitenciária à comunidade, sugerida pelo mesmo conselheiro, com o objetivo de conquistar a confiança, o respeito e a colaboração do público. As propostas de Jason Albergaria, diretor do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, estão contidas no plano de atividades do órgão para 1983.

Plano

No documento submetido ao CNPP, Jason Albergaria afirma que para atender à nova perspectiva aberta pela política social do Presidente João Figueiredo, "o tratamento penitenciário deve visar, na verdade, a reeducação do preso para assegurar a ordem pública e a paz social". "Quando se recupera um preso e o devolve à sociedade, como força produtiva na população ativa da Nação, está-se concorrendo para a solução da marginalização social", afirma Albergaria.

Ao fazer uma análise da atual situação penitenciária do país, o diretor do Depen propõe ao Conselho a necessidade de uma maior fiscalização da execução da política nacional para o setor, afirmando que qualquer omissão poderá "concorrer para a marginalização social no cárcere com o conseqüente aviltamento dos direitos humanos do preso". Acrescenta ainda que "a cronicidade dos males da prisão, afetando a segurança da própria sociedade, corre à conta da omissão e desinteresse da administração local. Do outro lado, não obstante a ênfase do Ministério da Justiça, a União participa da insensibilidade dos Governos locais, com a procrastinação da Reforma Penal, a penúria dos recursos para o aperfeiçoamento dos estabelecimentos prisionais e padronização de seus serviços".

Jason Albergaria afirmou ainda que, nas inspeções feitas por ele, nos presídios do Rio de Janeiro e São Paulo, pôde verificar a situação de "degradação" dos estabelecimentos penais daqueles Estados, a falta de pessoal qualificado, ausência de assistência jurídica, polícia judiciária despreparada e malremunerada.

No final do documento, Jason Albergaria propõe como metas prioritárias para o desenvolvimento das políticas criminal e carcerária do país, projetos de prevenção da delinquência, inclusive da criminalidade juvenil, com ênfase na luta contra a violência urbana e as novas formas de delinquência. Sugere, ainda, a realização de estudos sociológicos e criminológicos sobre a situação do Sistema Penal do país, notadamente das polícias Civil e Militar.